

TRABALHO, MIGRAÇÃO E GÊNERO: A TRAJETÓRIA DA MULHER HAITIANA NA INDÚSTRIA DA CARNE BRASILEIRA

Leticia Helena Mamed¹

RESUMO: O artigo objetiva discutir a recente imigração haitiana para o Brasil a partir da experiência feminina, visando à construção de uma análise centrada em agentes frequentemente silenciados e invisibilizados, para quem o significado do projeto migratório reforça uma perspectiva laboral e familiar, englobando tanto os membros que permanecem na terra natal quanto os que partem em busca de alternativas. Acompanhando seus pais ou companheiros, mas também de maneira independente ou como chefes de família, manifestam aspirações básicas de trabalhar, obter renda suficiente para sua manutenção no Brasil e da família no Haiti. A abordagem do percurso feminino nesse processo, sob a perspectiva crítica da Sociologia do Trabalho, é construída em diálogo com a etnografia multisituada de itinerários de haitianos que residem e trabalham na região Sul do Brasil, conectados à cadeia agroindustrial da carne. Em vista da modernização dependente do capitalismo em uma sociedade de base escravista, a haitiana, como imigrante, mulher e negra, socialmente vulnerável, enfrenta um mercado de trabalho desigual e segregado, em termos ocupacionais e salariais, seguindo o gênero, a raça e a origem, que a direciona ao polo dos trabalhos mais precários e explorados.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Migração; Gênero; Mulher Haitiana; Agroindústria; Brasil.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, com bolsa do Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral/UFAC/CAPES). É professora de Teoria Social/Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, e membro dos grupos de pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia (UFAC-CNPq) e Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (CNPq/UNICAMP). Contato: leticiamamed@gmail.com

LABOR, MIGRATION AND GENDER: THE TRAJECTORY OF HAITIAN WOMEN IN BRAZILIAN MEAT INDUSTRY

ABSTRACT: This article aims to discuss the recent Haitian immigration to Brazil from the female experience; it aims to construct an analysis centered on agents that are often silenced and invisible, for whom the meaning of the migration project reinforces a work and family perspective, including both members who remain in the homeland and those who leave in search of alternatives. They accompany their parents or partners, but, whether independently or as heads of families, they manifest basic aspirations to work, to obtain sufficient income for their maintenance in Brazil and their families in Haiti. From the critical perspective of Sociology of Work, the approach of women in this process is constructed in dialogue with the multi located ethnography of itineraries of Haitians residing and working in the South region of Brazil, connected to the agribusiness meat network. In view of the modernization dependent on capitalism in a slave-based society, Haitian women - being an immigrant, a black and a socially vulnerable woman - faces an unequal and segregated labor market, in terms of employment and wages, according to nationality, race and the genre, which leads to more precarious and exploited jobs.

KEYWORDS: Job; Migration; Genre; Haitian Women; Agroindustry; Brazil.

INTRODUÇÃO

Tratar a imigração como um fato histórico e estrutural, que transcende eventos específicos, posicionando-a em um contexto mais amplo no tempo e no espaço, é o passo inicial para melhor entendimento da sua feição no Haiti. Essa abordagem permite compreender a sua edificação ao longo do processo de formação social, econômica e política do país, que em convergência com situações de desastres socioambientais, assentou os seus elementos caracterizadores (DESROSIER, 2014; JACKSON, 2011; HANDERSON, 2015a, 2015b; SEGUY, 2014). Destarte, historicamente a sociedade haitiana expande as redes do seu espaço social, que assume dimensão transnacional (BACSH *et al.*, 1994; MARCELINO, 2013) em meio a um processo que é síntese da produção e reprodução de fatores

de expulsão dos seus nacionais (HALLWARD, 2006). É diante desse panorama que está assentada a proposta deste artigo – discutir a recente imigração haitiana para o Brasil a partir da experiência feminina².

Conjuntamente aos fatores internos de expulsão, que gestam tensões e fluxos migratórios, concorrem as dinâmicas responsáveis por interligar sociedades de origem e de destino dos imigrantes. A conexão entre países, por meio de empresas multinacionais ou investimentos estrangeiros, por exemplo, suscitam condições materiais e tipos de imaginários, elementos importantes para configuração da mobilidade (SASSEN, 2011). Desse modo, o fenômeno da imigração, complexo e particularmente referenciado em termos sociais, econômicos, políticos e culturais, é um “fato social total”, pois atinge e altera todas as esferas com as quais está em contato, seja no país de emigração e/ou de imigração (SAYAD, 1998), estando aberto ao exame a partir de múltiplas dimensões.

Conforme os propósitos deste trabalho, uma dimensão em especial será explorada, que é o caráter estrutural das migrações internacionais para o funcionamento do mercado de trabalho no modo de produção capitalista (FERNANDES, 1973; MARX, 2014). Para tanto, o ponto de partida são as desigualdades de desenvolvimento existentes no mercado mundial, entre classes, povos e nações (BASSO, 2013). Isso significa reconhecer que os desequilíbrios estruturais de desenvolvimento, gestados desde o colonialismo, com todas as instituições financeiras e militares que os favorecem, são reproduzidos e desigualmente combinados no atual contexto de mundialização (CHESNAIS, 1996; CHOSSUDOVSKY, 2003).

Essa engrenagem retroalimenta as imigrações dos países empobrecidos, endividados e dominados, em direção aos ricos e dominantes, constituídos à sua custa. Na mesma proporção em que relações de tipo

² O artigo é desdobramento da pesquisa de tese da autora, em fase de finalização, que versa sobre a imigração haitiana no Brasil, entre os anos de 2010 e 2016, pela fronteira amazônica do Estado do Acre, e cuja orientação primordial foi o recrutamento para o trabalho na agroindústria da carne do país. A pesquisa utiliza metodologia de natureza qualitativa e procedimentos técnicos que combinam exame bibliográfico e documental, com investigação de campo. Orientada como etnografia multissituada, a investigação empírica se desenvolveu em 5 campos geográficos e 10 períodos distintos, englobando 4 países e 18 cidades.

colonial entre o chamado Norte e Sul continuarem a existir, movimentos migratórios tenderão a perdurar. Contudo, não se trata apenas de aferir uma relação entre blocos, como se fossem entidades homogêneas no plano territorial e social, pois os processos se diversificaram nos últimos anos (BASSO, 2013). Seguindo essa pista analítica, aborda-se o caso do Haiti, que representa o êxito de um projeto colonial resistente na América Latina e Caribe, e como ele pode condicionar os caminhos de um país.

Entre o final do século XVIII e ao longo do século XIX, a França foi o primeiro destino dos haitianos. No decorrer do século XX, outros passaram a recebê-los, notadamente a República Dominicana, Cuba, Estados Unidos e Canadá (DIEME, 2016; HANDERSON, 2015a; SEGUY, 2014). Embora não seja um fenômeno novo, a emigração haitiana cresce sistematicamente desde a década de 1960, em especial para países capitalistas centrais. Localizado no esquema migratório Sul-Norte, esse fluxo possui conteúdo histórico e lança luzes sobre a atual presença haitiana no Brasil. França e Estados Unidos historicamente exercem controle econômico, político e militar sobre o Haiti. Enquanto a presença francesa inscreveu-se no marco da economia colonial e fragmentou-se com a Independência haitiana em 1804, a ocupação militar norte-americana iniciou em 1915, e, apesar de destituída em 1934, institucionalizou-se no sistema econômico e político do país (CASTOR, 1971; HALLWARD, 2006).

Os Estados Unidos sedimentaram sua presença no Haiti dominando as estruturas produtivas e influenciando a política nacional de acordo com o interesse de suas empresas. Nas últimas décadas do século XX, essa dinâmica intensificou a polarização de classe e agravou as condições sociais. Logo, sucessivos golpes e deposições tornaram-se a face mais visível de um país profundamente desigual (CASTOR, 2008; HALLWARD, 2006), ao passo que a presença militar externa precisou ser renovada. Foi nesse contexto que a Organização das Nações Unidas (ONU) interveio por meio da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), definida para atuar por 6 meses, com início em junho de 2004, mas que foi continuamente ampliada por 13 anos, sob liderança

do Exército Brasileiro (KÜHN, 2006; SEGUY, 2014).³

Nesse mesmo período aconteceu a diversificação dos destinos haitianos, emergindo um esquema migratório Sul-Sul, notadamente direcionado ao Brasil. Com a eclosão da crise global de 2007-2008 e recrudescimento das políticas imigratórias nos países centrais, o Brasil apareceu como destino interessante a emigrantes em busca de trabalho ou oportunidade de inserção profissional. A época, na contracorrente da conjuntura internacional, divulgava-se uma imagem positiva do Brasil, discurso que a mídia difundia e a presença militar no Haiti reforçava. Um “país emergente”, em pleno processo de “crescimento e desenvolvimento”, o que, em geral, era exemplificado pelo fato de sediar grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Esses elementos modelaram um vetor ideológico, cujo papel foi decisivo na construção da “obsessão de migrar” (SAYAD, 1998), bem como na “indução e direcionamento dos fluxos” (SASSEN, 1998).

Ao acompanhar a imigração haitiana no Brasil a partir do Estado do Acre, na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Bolívia e Peru, esta pesquisa, em várias incursões a campo entre os anos de 2010 e 2016, constatou oscilações entre crescimento e redução do fluxo, assim como sua paulatina diversificação, pois composto por imigrantes oriundos de várias regiões do Haiti, de diferentes classes sociais, gerações e com significativo contingente feminino. Segundo a base de dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI), gestada pela Polícia Federal, de 2010 a 2016, registrou-se a entrada de 95.691 e a saída de 21.283 haitianos do Brasil, com saldo de 74.408, equivalente a 77% positivo, maior destaque entre as

³ Durante as atividades de campo da pesquisa no Haiti, entre março e abril de 2017, com vivência e entrevistas no âmbito do Batalhão brasileiro, registrou-se parte do processo de encerramento da Minustah. Posteriormente, em 31 de agosto, foi oficialmente declarado o seu término, com retirada das tropas do país entre outubro e novembro daquele ano. Desde então teve início uma nova operação da ONU, chamada Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti - Minujusth, uma espécie de programa para fortalecimento das instituições haitianas. Em uma atuação marcada por críticas e controvérsias, que englobam desde a disseminação de epidemias (FOLHA, 2016) a denúncias de abuso e exploração sexual cometidos por seus militares (BRASIL, 2017), a Minustah apresentou gastos anuais da ordem de U\$ 400 milhões e envolveu 37,5 mil militares brasileiros no país (FÉLIX, 2017).

21 nacionalidades com maior movimentação no período (STI, 2017 *apud* OLIVEIRA, 2017). Outra referência é oferecida pela União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), uma das maiores entidades representativas deles no país, que estimou, até 2016, a chegada e permanência de 60 a 70 mil pessoas (BACOURT, mar. 2017, São Paulo, SP).

Considerando especificamente o ingresso pelas fronteiras da Amazônia, desde o início da década, cerca de 44 mil haitianos acessaram o país. Nessa região, foram duas as principais rotas de entrada adotadas, sendo uma pela cidade de Tabatinga, no Estado do Amazonas, que existiu até o ano de 2013, e outra por Assis Brasil, no Estado do Acre, que permanece ativa. Em torno de 7 mil chegaram por Tabatinga, de 2010 a 2013 (HANDERSON, 2015a), e 37 mil por Assis Brasil, entre 2010 e 2015 (SEDS/AC; SEJUDH/AC, 2016). De acordo com o mapeamento realizado pela pesquisa no Acre, posteriormente confrontado com o acervo documental do acampamento oficial de imigrantes instaurado no estado, delineou-se um perfil social do haitiano que chegou por aquela fronteira: (i) de 2010 a 2012, os grupos eram compostos, em sua maioria, por homens jovens, com idade entre 20 e 35 anos, em fluxo bastante irregular; (ii) de 2012 a 2016, os grupos se diversificaram, apresentando, além de homens, jovens e maduros, cada vez mais mulheres (com filhos e/ou gestantes), crianças, adolescentes e famílias; (iii) de 2013 a meados de 2015, o fluxo assumiu certa regularidade, com picos de elevação em determinados momentos, com chegada média de 30 a 50 pessoas por dia ao acampamento mantido pelo poder público (MAMED, 2016a, 2016b).

De modo geral, o público recebido era composto de 80% de homens, 15% de mulheres e 5% de crianças. Pela fronteira do Acre, que representou, de 2010 a 2016, a principal porta de acesso de haitianos ao Brasil, observou-se que as mulheres desempenharam papel determinante na configuração do fluxo de entrada e posteriormente das comunidades estabelecidas, não só em termos de sua representação numérica crescente, mas como agentes econômicos e sociais, capazes de mobilização e organização em prol de demandas específicas. Muitas imigraram seguindo seus pais ou companheiros, mas número expressivo também de maneira independente ou como chefes de família, motivadas por aspirações

básicas de trabalhar, obter renda suficiente para manter-se no Brasil e, principalmente, garantir remessas financeiras necessárias à sobrevivência da família na terra natal. O significado do projeto migratório, no caso das mulheres, reforça uma perspectiva laboral e familiar, englobando tanto os membros que permanecem no Haiti quanto os que partem em busca de alternativas.

No Brasil, é preciso pontuar que por certo tempo houve relativo déficit de estudos sobre imigração feminina. A partir da década de 1980 é que começaram a ser desenvolvidos estudos abrangentes e específicos referentes ao tema, suprimindo a considerável lacuna na historiografia sobre a mulher imigrante, suas estratégias e projetos autônomos (MATOS, 2002; MENEZES, 1992; RAGO, 1991). Na abordagem deste artigo, pretende-se examinar a inserção da mulher imigrante, no caso a haitiana, no mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, pretende-se superar a visão geral da imigração como “fenômeno masculino”, na qual a mulher aparece somente como “acompanhante” e “dependente” do homem no projeto e na experiência. Do mesmo modo, não se intenciona pensar sua visibilidade a partir da “miséria” ou da “passividade”, tendências que reproduzem estereótipos da imigrante como aquela que precisa “ser assistida”, ocultando suas “iniciativas autônomas”, e que até as torna reféns da “estigmatização moral”, por reproduzir um olhar que enaltece os “custos sociais da sua emigração” para com a sociedade de origem, decorrentes, por exemplo, da “separação da família e dos filhos” (MOROKVASIC, 2011, p. 36-37).

O ponto de partida deste exame é o reconhecimento de que a maior “vulnerabilidade objetiva e subjetiva” da imigrante implica em um risco maior à imposição de condições precárias e da exploração do trabalho. A análise da sua inserção laboral no contexto brasileiro passa pela compreensão dos condicionantes da divisão sócio-sexual e internacional do trabalho, que agem em escala mundial e estão sedimentados historicamente no mercado de trabalho nacional. Assim, serão resgatados aspectos relacionados à desigualdade e segregação, em termos ocupacionais e salariais, por critérios de gênero, raça e nacionalidade, na perspectiva de melhor compreender e reposicionar a condição da imigrante haitiana, mulher e negra nesse processo.

Essa discussão será construída em diálogo com o material etnográfico elaborado durante o estudo de trajetórias de haitianos e haitianas que ingressaram pelo Acre e seguiram para trabalhar e organizar suas vidas no Centro-Sul do Brasil. Para tanto, o artigo está estruturado em três seções. A primeira apresenta a história de Veronique Delfort, haitiana cuja trajetória é ressaltada como experiência social do mundo do trabalho, dado que personifica uma conjunção de elementos imprescindíveis ao debate. Já na segunda, esses elementos são examinados para caracterizar o contexto socioeconômico e o horizonte de precarização e exploração do trabalho encontrado no país por imigrantes negras, mas diante do qual elas constroem estratégias de resistência. Por fim, na terceira, destinada às considerações finais, são alinhados os principais pontos do debate para a reflexão em torno da experiência feminina na recente imigração haitiana no Brasil.

ENTRE O SONHO E A REALIDADE: UMA EXPERIÊNCIA FEMININA DA IMIGRAÇÃO HAITIANA

Em outubro de 2015, na cidade de Toledo, região Oeste do Estado do Paraná, a pesquisa conheceu Veronique Delfort⁴, imigrante haitiana cuja história ilustra o debate deste trabalho. Mãe autônoma de cinco filhos, com idades entre 6 e 21 anos, abandonados pelos pais, ela é natural de Petite Rivière de l'Artibonite, cidade do interior do Departamento de Artibonite, no Noroeste do Haiti. Aos 36 anos, partiu para o Brasil no dia 15 de dezembro de 2011, chegando ao Acre em 4 de janeiro de 2012, em um momento do fluxo que preponderava a entrada de homens jovens por essa fronteira, aspecto que notabiliza muito sua trajetória.

Com seus pais, irmãos e filhos, Delfort residia na propriedade rural da família, de onde nunca havia saído, até viajar para o Brasil. Filha e neta de pequenos agricultores, desde cedo trabalhou no cultivo de milho e arroz, negociados no comércio regional e principal fonte da renda familiar.

⁴ Nome fictício adotado para garantir o sigilo da identidade, proteção da privacidade e individualidade da imigrante, conforme o protocolo de ética adotado pela pesquisa.

A necessidade de se dedicar a essa atividade a obrigou a interromper os estudos. Ao longo dos anos, assumiu o papel de chefe da sua família, especialmente demonstrado na decisão de emigrar sozinha em busca de trabalho, recursos e oportunidades, aspirações de todo o núcleo familiar.

Com habilidade apenas na língua *Creole* e o ensino fundamental, seguiu para aquele que, segundo ela, era o único lugar do mundo aberto para os haitianos no momento:

Vinha procurando um país que estivesse aberto. Tem um amigo meu que foi para os Estados Unidos. Mas eu não tinha dinheiro suficiente para conseguir chegar lá, que é mais caro e difícil. Então só tinha o Brasil, onde todo mundo entra, onde é mais fácil. Aí eu vim na frente para trabalhar, ajudar os meus filhos e os meus pais no Haiti (DELFORT, out. 2015, Toledo, PR).

Sua família reuniu as economias de quase cinco anos de trabalho no campo para que ela conseguisse pagar a viagem, que, incluindo o custo das passagens rodoviárias e aéreas, as despesas durante o deslocamento e os valores cobrados pelos coitotes, custou em torno de U\$ 5.000. Ao ser questionada sobre o que conhecia do país antes de aqui chegar, ela respondeu de modo simples e breve: “nada, nada”.

Delfort recorda de ter chegado à fronteira entre Peru e Brasil muito apreensiva e doente. Quando recebida no acampamento de imigrantes, que à época funcionava na cidade acreana de Brasileia, solicitou refúgio e aguardou a regularização da sua documentação, onde também foi medicada e recebeu alimentação diferenciada. “Sentia muito cansaço, tinha dor e febre, porque a viagem foi longa, cansativa, difícil. Eu não comia direito, passava necessidade”, lembra.

Permaneceu no local pouco mais de um mês, quando saiu contratada, junto com outros 18 haitianos (2 homens e 16 mulheres), para trabalhar em uma fazenda de cultivo de flores, na cidade de Holambra (SP). Uma empresa do setor dirigiu-se até o Acre para recrutar o grupo, custeando as passagens rodoviárias e a alimentação, até a cidade do interior paulista.

Trabalhei uns sete meses nessa fazenda. Lá, trabalhava todos os dias, das 7h30 às 16h ou 17h, dependendo da quantidade de trabalho que tinha pra fazer. Ganhava muito pouco. Tinha carteira assinada com um salário mínimo, mas ganhava menos de R\$ 600,00, porque descontavam a comida e a moradia (DELFORT, outubro de 2015, Toledo, PR).

Frustrada com as condições de trabalho e principalmente com a pouca remuneração, que comprometia as suas remessas para a família no Haiti, Delfort passou a procurar outro trabalho. Por meio das redes de imigrantes já estabelecidos no Brasil, ouviu falar de Cascavel (PR), para onde se dirigiu após encerrar o trabalho na fazenda. Ao chegar à cidade paranaense, polo importante do agronegócio nacional, rapidamente conseguiu emprego na obra de construção do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG)⁵, na área de serviços gerais, para atuar na limpeza.

Tinha sempre muito trabalho pra fazer, mas lá eu tinha carteira assinada, ganhava um salário, mais alimentação e transporte. E isso era bem melhor que na fazenda. Fiquei 1 ano e 6 meses na FAG. Muitos haitianos trabalharam nessa construção, na obra e na limpeza. Mas depois que a obra terminou, o chefe demitiu a gente. Aí recebi o seguro desemprego, fiquei cinco meses sem trabalhar, até que fui para a Coopavel (DELFORT, outubro de 2015, Toledo, PR).

⁵ Corresponde a uma fundação privada que integra o grupo empresarial da União Cascavel de Transporte e Turismo Ltda. (Eucatur), a maior empresa de transporte rodoviário da região Norte. Entre os anos de 2013 e 2015, o governo do Acre contratou essa empresa para operar o deslocamento e distribuição de trabalhadores imigrantes nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, o que posteriormente tornou-se objeto de inquérito civil conduzido pelo Ministério Público Estadual, que apura denúncias de superfaturamento no procedimento (MELO, 2018). O grupo Eucatur é liderado por Assis Gurgacz e seu filho, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele corresponde ao terceiro parlamentar mais rico do Senado Federal, dada a dimensão do patrimônio familiar que representa, englobando importantes empresas dos ramos de mineração, construção civil, agropecuária (fazendas e frigoríficos), comunicação e ensino, em diversas cidades do Paraná e de Rondônia (SENRA, 2016).

Na Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel)⁶, onde trabalhou pouco mais de um mês, a vida de Delfort mudou definitivamente. Logo que começa a descrever sua traumática experiência em um dos maiores frigoríficos do Oeste paranaense, a ansiedade e a tensão a dominam. Sua voz aumenta de tom e ritmo, suas expressões corporais refletem dor e angústia:

Quando procurei trabalho na Coopavel [planta frigorífica de Cascavel], fui contratada no mesmo dia. Fiz os exames e já me mandaram para o setor de limpeza. Eu chegava pra trabalhar por volta das 16h, até 17h, no máximo. Aí trabalhava direto até 4h ou 5h [turno da noite/madrugada].

(...) No primeiro dia, no segundo, tudo bem. Mas no terceiro o chefe disse pra entrar na máquina de fazer salsicha e limpar por dentro. Aí eu disse: “chefe, eu tenho medo de máquina. Tenho medo de entrar nela. Por favor, não faz eu entrar”. O chefe não gostou e disse: “por que você tem medo? (...) você trabalha aqui, tem que entrar”. Mas eu insisti: “não, chefe, não posso entrar”. Então ele disse: “você vai brigar comigo? (...) se você tem medo, vai ficar só 45 dias e vou te dispensar”. Falou isso na frente de todo mundo (...). Perguntei: “por quê? (...) eu trabalho muito, chefe”. E ele disse: “Não adianta, se você não entrar na máquina (...), vai sair!”. Como não entrei na máquina, naquele dia me deram um papel dizendo que eu tinha recebido advertência.

⁶ Fundada em 1970, por um grupo de 45 agricultores, a cooperativa visava concentrar a produção de grãos da região de Cascavel. Hoje é uma das 20 maiores empresas do agronegócio brasileiro, contando com 26 filiais instaladas em 17 municípios do Oeste e Sudoeste paranaenses. Possui 4.398 associados e 5.169 empregados diretos, com faturamento de mais de R\$ 1,6 bi em 2014. Conta com unidades de pesquisa, ensino, laboratórios e incubadoras, além de um parque de produção composto por 11 indústrias, que recebem os produtos *in natura* e os processam. Essas indústrias, que vão da soja à carne (aves, suínos e bovinos), contribuem para 75% do seu faturamento, com produtos comercializados em todo o país e no exterior. Essas informações estão indicadas no perfil da empresa, em sua página oficial na internet. Disponível em: <<http://www.coopavel.com.br>>.

(...) Dali em diante eu comecei a entrar na máquina, mesmo com medo. Porque se a pessoa não faz o que o chefe manda, dão um papel de advertência e a gente leva suspensão, que desconta no salário (...). Tive que entrar porque era obrigada. Trabalhava na pressão. A gente limpava todos os setores da fábrica, desde as salas de corte até a parte das máquinas. E todo dia eu entrava na máquina pra fazer limpeza. A máquina é muito grande e lá dentro é escuro. Subia as escadas e depois descia dentro dela. Jogava sabão em pó e pegava a esponja para esfregar com a mão para tirar todo o resto de carne e gordura que ficava grudado no cilindro, porque não podia usar escovão”.

(...) No dia que eu fazia 30 dias lá, quando eu tava dentro da máquina, fazendo a limpeza, aconteceu o acidente que tirou metade do meu braço direito. Nesse dia, tava eu e outra colega dentro da mesma máquina. A gente sempre entrava de duas, porque a máquina é grande pra limpar. Eu tava na parte de baixo e ela na parte de cima. A máquina, que é automática, pensou que o meu braço fosse carne e começou a funcionar. Tudo muito rápido. Na hora, não senti nada. A minha colega, que estava em cima, foi quem começou a gritar (...). Depois de uns minutos paralisada, ouvindo os gritos da minha colega, é que eu me dei conta do que tinha acontecido. Meu Deus! Aí eu também comecei a gritar (...). Na hora não deu sangue porque tava muito gelado. Ficou muito tempo sem sangrar, só duas horas depois é que começou”.

(...) Os meus colegas haitianos vieram e me ajudaram a sair da máquina. Eles ficaram me consolando. Depois é que chegou o pessoal da empresa pra me levar ao hospital. Não chamaram nada de polícia (...). Também não chamaram ambulância (...). O pessoal da empresa é que me levou (...). Meus colegas ficaram na empresa, trabalhando.

(...) Fui atendida no Hospital Universitário. Fiquei uns quatro dias lá. O médico me atendeu bem, conservou comigo e explicou as coisas. Disse pra empresa procurar uma mão mecânica pra mim, mas nunca fizeram nada (...). Todos os haitianos da cidade foram me visitar. Era muita gente, todo dia. Aí o médico disse que eles faziam bagunça. Então me mandaram logo pra casa (...). É que todos queriam me ver e saber o que tinha acontecido.

(...) Enquanto eu tava no hospital, a empresa mandava todo dia umas pessoas pra me visitar e conversar comigo. Depois passou. Eu é que fiquei indo ao hospital todo dia durante um mês. Eu ia lá pra saber como estava o meu curativo. A empresa comprava os remédios pra mim, mas só isso. Eu falava pra eles que tava sem comida, sem dinheiro pra pagar o aluguel da casa onde morava (...), mas eles diziam que não tinham como me ajudar.

(...) Depois do acidente, a empresa me mandou para o INSS e eu fui aposentada lá. Passei a ganhar uns R\$ 900 por mês, mas este mês ganhei menos e também já me disseram que vai diminuir mais. Não sei como isso funciona (...), tô procurando entender pra mudar isso (...). Eu até ligo pra empresa, pedindo ajuda, mas não fazem nada (DELFORT, outubro de 2015, Toledo, PR).

No dia do primeiro encontro e entrevista à pesquisa, em outubro de 2015, Delfort lembrou que naquele mês completava um ano do acidente, que aconteceu quando ela cumpria período de experiência na empresa. À época da contratação, seu salário era de R\$ 1.014,00, contudo, após o acidente, passou a receber um benefício social de menor valor. Com o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT) encaminhado pela empresa, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) avaliou o caso e concedeu a ela o direito a um “auxílio por incapacidade laboral”, voltado para sua subsistência, no valor de R\$ 970,00 mensais, até que pudesse ser reabilitada profissionalmente. Seguindo os conselhos de amigos

haitianos, Delfort precisou procurar um advogado particular para lhe ajudar nos procedimentos, já que o sindicato do setor nunca a assistiu. Posteriormente, também ingressou na Justiça do Trabalho com pedido de indenização da empresa por danos morais.

Além do choque físico e emocional provocado pelo acidente, ela passou a se sentir atormentada diante da desconhecida legislação e burocracia brasileiras. Considerando que a cada seis meses precisava comparecer ao INSS e se submeter a nova perícia para renovação do benefício, isso se converteu em um fantasma em sua vida, pois temia perdê-lo. Ao avaliar sua condição, ela própria se reconhece incapacitada. No hospital, recomendaram que ela aprendesse pouco a pouco a manusear o braço esquerdo para suprir a ausência do direito, mas ela afirmava não conseguir, tendo que pedir ajuda a outras pessoas para realizar suas tarefas pessoais mais rotineiras, como comer, tomar banho, cozinhar, limpar casa e lavar roupa. Também como desdobramento do acidente, desenvolveu um quadro de pressão alta, controlada diariamente à base de medicamentos, sem os quais sente palpitação, dores musculares e enxaqueca.

Em virtude desse conjunto de circunstâncias, Delfort oscila entre estados de impaciência, tristeza e depressão. Por conseguinte, a possibilidade de continuar o seu projeto migratório no Brasil, de trabalhar para amparar a família, ficou comprometido.

(...) sempre trabalhei muito na vida, desde pequena. E nunca tive nenhum problema de saúde. Mas agora tudo tá doendo. Sinto dor no meu braço e o susto do acidente também me deu problema no coração e na cabeça. Agora eles não vivem bem (...) mas eu vou continuar (DELFORT, outubro de 2015, Toledo, PR).

A estratégia de Delfort foi convocar para o Brasil dois dos seus cinco filhos mais velhos, para que pudessem trabalhar e seguir o projeto. Para tanto, novamente a família levantou os recursos suficientes para a viagem dos jovens. Posteriormente, a própria mãe de Delfort chegou para ajudá-la nas atividades domésticas e buscar trabalho na região. Reunidos no Brasil,

ela decidiu mudar-se para Toledo, cidade vizinha a Cascavel, onde o custo de vida é menor e, conforme as redes, os frigoríficos ofereciam mais vagas de trabalho naquele momento.

Conforme assinalado, Delfort cumpria jornada diária de 10 a 13 horas, trabalhando de segunda a sábado. No seu turno, o da noite, a proporção era de mais haitianos que brasileiros, e no seu setor, mais mulheres que homens. Diariamente, todos procuravam fazer hora extra, inclusive aos sábados, pois isso ajudava no salário. Para se deslocar até o trabalho, ela utilizava o transporte assegurado pela empresa e também fazia uma refeição no próprio frigorífico. Do salário previsto para os que estavam começando, eram realizados os descontos regulares como INSS, seguro de vida obrigatório e contribuição sindical, razão pela qual todos buscavam, na hora extra e nas pequenas economias diárias, formas de compensação dessas subtrações.

O diálogo da pesquisa com Delfort suscitou muitos questionamentos sobre o processo de orientação e treinamento oferecido pela empresa aos operários recém-contratados, especialmente aos de origem estrangeira, que desconhecem o idioma nacional e sequer compreendem os contratos de trabalho que assinam:

(...) Falo e entendo pouco o Português (...). Ninguém me explicou nada na minha língua. Essa era a pior coisa que tinha lá. Cada um fazia um contrato, com muitas páginas, e você não tem uma pessoa pra te explicar na sua língua. Os meus amigos haitianos é que me ajudavam quando eu trabalhava na empresa e também me ajudam agora que estou desse jeito. Quando comecei lá, também ninguém me ensinou nada. Mandavam fazer e eu obedecia, porque precisava daquele trabalho (...). Depois do que aconteceu comigo, alguém disse que tempos atrás uma pessoa tinha morrido dentro da máquina. Mas eu não sabia de muita coisa, não tinha informação sobre nada, pois só trabalhava lá há poucos dias (...) (DELFORT, outubro de 2015, Toledo, PR).

Mesmo em um contexto de dificuldades e limitações, a solidariedade entre os trabalhadores imigrantes é algo presente e essencial para a resistência deles, principalmente no interior da fábrica. Isso parece ser tão decisivo que a própria direção tentava controlar e superar:

(...) Dentro da fábrica, os haitianos se ajudam. Mas se o chefe vê, ele não deixa. Se mandam uma pessoa fazer um serviço e ela não entende ou não sabe, então ela chama outro haitiano pra explicar como é pra fazer. Aí o chefe diz “não, não pode, vai levar advertência” (...) Antes, quando a pessoa ficava mais ligada na língua, quando aprendia mais o Português, logo ela era mandada embora (...), mas agora muitas pessoas estão há mais tempo e estão aprendendo (...)
(DELFORT, outubro de 2015, Toledo, PR).

Por duas vezes a pesquisa tentou contato com a empresa Coopavel, que por meio de sua assessoria de comunicação, declarou não ter interesse em colaborar com o estudo. De modo similar, o sindicato responsável pela representação dos seus trabalhadores – Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas de Cascavel e Região (SINTRACOOP - FETRACOOP/PR - UGT/PR) – não retornou às solicitações de entrevista feitas durante os dois períodos de campo na cidade, em outubro de 2015 e novembro de 2016. Na comunidade, empresa e sindicato são conhecidos por manterem uma histórica atuação conjunta, prática essencialmente prejudicial à luta operária.

Quando perguntada sobre o que achava do Brasil e o que desejava conseguir, Delfort surpreendeu ao manter uma percepção positiva sobre o país e a esperança de continuar:

(...) O problema foi perder o braço, só isso me faz triste, muito, muito. O resto foi tudo bem (...). Agora eu quero é trabalho. Penso todo dia em como ajudar minha família, que é muito pobre. Tenho saudade dos meus filhos (...). Não penso em voltar para o Haiti (...). Quero é conseguir dinheiro e trazer todos pra cá, entendeu? (...) Vou ver como

ficam as coisas aqui em Toledo. Se aqui não tiver serviço, vou continuar procurando (...) vou para qualquer lugar, não tem problema (...) (DELFORT, outubro de 2015, Toledo, PR).

No segundo e último encontro com a pesquisa, em novembro de 2016, ela estava residindo na cidade de Cascavel, para onde retornou após a intenção frustrada de conseguir trabalho para a mãe e os filhos em Toledo. Nessa ocasião, morava com a mãe e outros três amigos haitianos – uma mulher e dois homens –, em um bairro universitário da cidade, com custo da moradia mais econômico para que juntos pudessem ratear. Contou ter conseguido patrocinar a viagem dos filhos para os Estados Unidos, acionando redes de coiotagem com os recursos obtidos da indenização judicial. Mas, logo que eles chegaram em território americano, a partir da fronteira terrestre com o México, foram detidos e, naquele momento, estavam em processo de deportação para o Haiti. Mesmo aflita pela ausência e desencontro de informações sobre a real situação dos filhos, Delfort havia decidido trazê-los de volta ao Brasil na primeira oportunidade. Sua mãe, por outro lado, depois de muito procurar emprego na região, dominada pelas agroindústrias, acabou chegando ao mesmo frigorífico Coopavel. A empresa a selecionou e encaminhou para os exames admissionais, mas quando verificou o parentesco entre as duas, recusou-se a contratá-la.

A síntese dessa trajetória exemplifica o conjunto de muitas outras registradas pela pesquisa, de homens e mulheres, jovens e maduros, cujo elo de conexão é o fato de terem sido gestadas no interior do processo de desenvolvimento da cadeia global da carne e da sua configuração na modernização dependente do Brasil, cuja característica estrutural é a precarização do trabalho, aprofundada pela desigualdade e segregação, ocupacional e salarial, por gênero e raça.

MULHER NEGRA E IMIGRANTE OPERÁRIA NO BRASIL: DESIGUALDADE, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

A história de Veronique Delfort guia o debate deste artigo sobre trabalho, gênero, raça e imigração no Brasil, demarcado a partir de fluxos oriundos de realidade social periférica, marcados pela indocumentação. Embora o país receba fluxos dessa natureza desde os anos 1960, quando a chegada de coreanos e bolivianos começou a se manifestar, os haitianos expuseram de modo amplo essa tendência da atualidade do fenômeno no país (BAENINGER, 2013, 2015). Para eles, a porta se abriu de forma emergencial ou subterrânea e demandou processos de regularização, ao tempo que os direcionou a setores tradicionalmente identificados pela precarização, como a indústria têxtil, construção civil, serviços domésticos e de limpeza, e a agroindústria da carne (VILLEN, 2016).

Ao Brasil, portanto, eles chegaram pelas fronteiras, superando viagens longas e arriscadas, conduzidos por agenciadores, com a necessidade básica e inseparável de documentação e trabalho. Nesse processo de padrão neoliberal de imigração (DREHER, 2007), enfrentam as condicionantes do trabalho em um regime de acumulação flexível e modernização dependente, imbricadas às desigualdades de gênero (HIRATA & KERGOAT, 2003) e raça (FERNANDES, 1973,1964). A posição do país na divisão internacional do trabalho e as especificidades da sociedade brasileira caracterizam, assim, uma particular inserção da imigrante haitiana.

A vivência etnográfica no Oeste do Paraná assegurou à pesquisa a apreensão empírica de como essas questões se interpenetram. De modo geral, o entendimento da realidade social e do percurso laboral de imigrantes “periféricos na periferia” (VILLEN, 2016), demanda uma análise à luz da relação dialética do negro e do branco no mercado de trabalho assalariado, que evidencia o movimento de rebaixamento e exploração da força de trabalho negra e de outros grupos sociais em uma sociedade de base escravista (VILLEN, 2015). Ao conservar os traços característicos de sua formação social, a sociedade brasileira apresenta uma estrutura sexual e racialmente hierarquizada do seu mercado, estando

a maior parte da população, em particular mulheres e negros, nos estratos mais baixos e de menores salários (POCHMANN, 2012).

Nos últimos anos, o crescimento das atividades agroindustriais no Oeste paranaense concorreu para o aumento significativo dos empregos formais ocupados por mulheres e imigrantes haitianos/as, mas que são direcionados a determinados setores, onde os postos de trabalho são menos reconhecidos e remunerados, mais cansativos e desgastantes. Embora isso possa confirmar a tendência de que o mercado está cada vez mais feminino, com mudanças significativas para as mulheres e suas famílias, essa “feminização” permanece incompleta e inacabada, pois associada à desigualdade e à precariedade em relação ao trabalho masculino (HIRATA & KERGOAT, 2003).

Considerando o Estado do Paraná, a quantidade de empregos formais designados para as mulheres praticamente dobrou em dez anos: em 2000 existiam 642.935, já em 2010 eram 1.194.155. Ao observar especificamente o Oeste do Estado, também se verifica o mercado gerando mais vagas para mulheres – 57.852 no ano de 2000 e 128.408 em 2010 –, efeito direto da instalação de importantes indústrias de frigorificação de carne. Porém, ao mesmo tempo que cresceram essas vagas, persiste na região uma significativa diferença de rendimento médio entre os sexos: em 2000, mulheres recebiam cerca de 23% a menos que homens, sendo que dez anos depois, em 2010, a diferença permaneceu no mesmo patamar de 23% (BECKER, 2014).

O Oeste paranaense é formado por 53 municípios e uma população estimada em 1,3 milhão, tendo por núcleo econômico a cidade de Cascavel, com cerca de 316 mil habitantes. À época da pesquisa de campo, de 4 a 5 mil imigrantes residiam na cidade, entre os quais a haitiana Delfort, cuja trajetória espelha a discussão deste trabalho. A região é destaque no cenário estadual e nacional por suas atividades agroindustriais, principalmente de abate de aves e suínos, que faz o Paraná ocupar, respectivamente, o primeiro e segundo lugar no processamento e exportação dessas carnes no país. A dinâmica de geração de empregos na região, liderada por 8 grandes frigoríficos, com 20 plantas industriais e 14 cooperativas, atraiu expressiva parcela de imigrantes caribenhos e africanos nos últimos anos

(BECKER, 2014; GEMELLI, 2011; MAMED, 2016b, 2018).

Ao longo da cadeia da agroindústria nessa região, as mulheres estão no campo, no cultivo e comercialização de alimentos, e também no ambiente fabril, onde exercem funções especificamente destinadas a elas, e mesmo quando estão em funções equivalentes às masculinas, recebem salários inferiores. No campo ou na cidade, a participação da mulher segue condicionada pelas relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas, de exploração e de opressão, entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002). Nas atividades rurais, se ao homem estão designadas tarefas de gerenciamento e uso de maquinário, à mulher, de modo geral, competem as mais rotineiras e manuais, relacionadas à casa, agricultura e criação de animais. O mesmo se estende para a indústria, com homens e mulheres em mercados postos da linha de produção.

As distinções entre trabalho feminino e masculino decorrem de uma estrutura de sociedade patriarcal, na qual há uma destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à reprodutiva (recomposição da força de trabalho e todos os afazeres domésticos envolvidos), simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Nela, produção “vale” mais que reprodução, produção masculina “vale” mais que a feminina, tanto em termos de valorização social quanto econômica. Assim, embora possa variar no tempo e no espaço, a divisão sexual do trabalho segue dois princípios organizadores: o da separação, que indica a existência de trabalhos de homens e de mulheres; e o de hierarquia, que indica um trabalho de homem valer mais que um trabalho de mulher (KERGOAT, 2009).

Essa diferenciação, no entanto, é uma construção social e não produto de um destino biológico. Em outras palavras, são reforçadas e legitimadas por uma ideologia que naturaliza a desigualdade e a hierarquia, pois rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduzindo práticas sociais a papéis sociais sexuais, que remetem ao destino natural da espécie. Institucionalizada na sociedade como um todo, essa percepção sedimenta uma relação de submissão da mulher em relação ao homem e está reportada na organização do trabalho no interior da indústria,

uma vez que produção e reprodução são elementos indissociáveis. Na sociedade capitalista, ainda que edificada sobre uma falsa separação dos lugares e dos tempos de produção e de reprodução, não é possível isolar trabalho doméstico do trabalho assalariado. As relações de sexo e as de classe, portanto, são coextensivas, pois se interpenetram, e não apenas se recortam ou se articulam (HIRATA & KERGOAT, 2003).

O mundo do trabalho vem acentuando a divisão sexual do trabalho, pois a abertura para o ingresso das mulheres significa reservar à elas espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizam por inferioridade hierárquica, salários menores e atividades adaptadas a capacidades supostamente inatas. O contexto da agroindústria paranaense bem ilustra essa a tendência de “feminização do mundo do trabalho”, segundo a qual, em diversos países ocidentais, 40% ou mais da força de trabalho está composta por mulheres. Mas, ainda que essa tendência represente emancipação, também é preciso examiná-la como precarização, ou seja, uma estratégia ao processo de valorização do capital, ao reforçar a segregação ocupacional e incrementar a competição entre trabalhadores e trabalhadoras com rebaixamento salarial (NOGUEIRA, 2004).

No contexto industrial do Oeste paranaense, as mulheres estão centralmente alocadas na área interna da planta, nos setores de escaldagem, corte, desossa, miúdos e embalagem, controlados por nórias (que circulam os animais abatidos pela linha de produção) e esteiras (que encaminham os animais para as mesas de corte), ou no serviço de limpeza, este majoritariamente desempenhado por mulheres imigrantes negras, como foi o caso de Delfort. Já os homens estão mais presentes na área externa, nos setores de pendura e sangria (abate), na pesagem e no transporte, como motoristas de empilhadeira, agentes de fiscalização e expedição de produtos embalados. O circuito produtivo também apresenta setores mistos, compostos por homens e mulheres, como a sala de temperos e a graxaria, porém as atividades de gerência e do Sistema de Inspeção Federal (SIF) são exclusivamente conduzidas por homens.

Segundo essa lógica de organização sexual do trabalho, as mulheres estão inseridas nos setores que exigem mais atenção e paciência, maior pressão por produtividade, com ritmo de trabalho demarcado pela cadência

do maquinário e pela presença fiscalizadora de gerentes. Quanto a esse aspecto, lembre-se, por exemplo, a imposição coercitiva do gerente para que Delfort, a despeito de suas alegações subjetivas de desconhecimento e medo, e da ausência objetiva de treinamento de segurança, cumprisse a atividade de limpeza no interior de uma máquina automatizada, mediante ameaças de suspensão e demissão. Para as ocupações femininas não se exige escolaridade ou conhecimento prévios, mas fundamentalmente vigor físico, pois nelas as atividades são executadas manualmente, em compasso intensivo e reiterado, com necessidade de concentração, agilidade e destreza para cumprir série de movimentos fortes e repetitivos.

Entretanto, quando se compara o trabalho executado por homens e mulheres, tradicionalmente o feminino é considerado “mais leve” e o masculino “mais pesado e complexo”, por demandar, por exemplo, instruções para monitorar empilhadeira ou realizar procedimentos de inspeção. Essa apreciação escamoteia a realidade do trabalho feminino e remete a uma qualificação prévia das mulheres para o trabalho doméstico. Se estão colocadas nos postos de cuidados ou semelhantes, não é porque não possuam aprendizado anterior, mas, ao contrário, porque foram justamente treinadas para tal no percurso da socialização feminina na família. Da mesma forma, a fábrica conta com essa qualificação distintiva para assentar suas funcionárias em setores nos quais é preciso saber “limpar”, manusear com “cuidado” e “destreza” os animais, “suportar” as condições adversas e até insalubres do frigorífico, toda uma série de habilidades adquiridas no trabalho doméstico. Ao ser menos valorizado, o trabalho das mulheres possui um custo menor em relação ao dos homens, associados a funções de planejamento, gerenciamento, controle e domínio, mais valorizadas e com remuneração superior (NOGUEIRA, 2010).

O universo produtivo dos frigoríficos é um contexto exemplar de precarização das condições de trabalho das mulheres. Ainda que representem a maior parcela dos trabalhadores e estejam submetidas a postos e jornadas exaustivos e a salários inferiores, isso não é suficiente para a adoção de ações estruturais mínimas nas plantas, como um igual número de banheiros, e para cumprimento de normas básicas de segurança e saúde, menos ainda daquelas que interessam mais diretamente as mulheres, como

licença-maternidade e auxílio creche. A esse respeito, há constantes relatos de descumprimento de direitos, como também a manifestação de formas diversificadas de assédio moral sofrido por homens e mulheres, mais intensamente por mulheres (CNTA Afins, 2016; FERREIRA, 2015), e em especial por mulheres imigrantes negras como Delfort.

A posição das imigrantes no mercado de trabalho brasileiro às aproxima da maioria da população nacional. Sua condição de classe e de mulher, em conjunto com sua proveniência periférica, faz essa categoria partilhar a atuação de um racismo secular, que, no que se refere ao funcionamento do mercado de trabalho, soube se renovar, mesmo após as bases legais escravagistas terem sido suplantadas. Diante disso, a sua peculiaridade como força de trabalho se revela na combinação de aspectos ligados à sua própria qualidade de imigrante (cultural, linguística, de direitos, carência de proteção da família ou redes sociais) com todo o processo de imigração imposto, desde a partida, a quem precisa se deslocar com meios escassos ou se endividando (VILLEN, 2015, 2016).

Dessa vulnerabilidade deriva uma maior exposição à exploração, no trabalho e em todas as esferas sociais em que sua presença possa se tornar lucrativa, considerando, por exemplo, os agentes organizadores da viagem e atravessadores das fronteiras, as altas taxas dos serviços de remessas e o mercado de aluguéis voltados para imigrantes. Ao chegarem no Brasil, os haitianos não contaram inicialmente com nenhuma garantia de direitos sociais ou de instituições que os representassem em sua condição de trabalhador. No que se refere à sua relação com os sindicatos, a pesquisa constatou nos três estados do Sul visitados, níveis diferenciados de maior ou menor distanciamento dentro e fora do local de trabalho. Nos três contextos, porém, distante do que costumava ser para os imigrantes no passado, essa entidade não é mais uma referência direta de apoio e segurança. Exemplo disso foi observado em Cascavel, onde o sindicato é reconhecido pela comunidade como um braço do patronato e no caso do acidente sofrido pela trabalhadora haitiana, não se manifestou para lhe prestar solidariedade, assistência e representação jurídica.

Embora o contexto evidencie uma crise de representação sindical, que na verdade é internacional e envolve os próprios brasileiros

(ANTUNES & SILVA, 2015; BRAGA & SANTANA, 2015), ele não é indicativo de apatia política, pois trabalhadores e trabalhadoras permanecem manifestando suas inquietações em diferentes espaços de luta, inclusive no círculo do trabalho. A reação solidária dos haitianos diante da tragédia de Delfort, no momento do socorro após o acidente, e depois nas massivas visitas durante sua internação, incentivando-a a buscar reparo judicial, é uma expressão da ajuda mútua e do interesse recíproco que modela as redes sociais e experiências associativas de imigrantes que se estruturam no país (HANDERSON, 2016; MAGALHÃES, 2017; MAMED, 2016b). Como parte desse processo de inserção, em especial dos mais vulneráveis, é importante registrar que existe certa disputa de forças para conduzir espaços de organização política e cultural dos imigrantes no país, por parte de entidades religiosas, partidos políticos e organizações não governamentais, assim como também há ações coletivas construídas por eles de modo mais independente (DUTRA, 2016; GUILHERME, 2017; SANTOS, 2014; YAMAMOTO, 2017).

A vivência em um contexto como a cidade de Cascavel, onde a agroindústria é a força motriz para funcionamento da economia, comércio, serviços e poder público, consentiu à pesquisa acompanhar muitas histórias de vida profundamente marcadas pela relação com essa indústria, tanto de imigrantes como de brasileiros. Todos os relatos concordam quanto a percepção do frigorífico como lugar de “moer gente”, expressão que evidencia a ironia do trabalho humano em fábricas de processamento de carne. Ao utilizarem essa expressão ou outras assemelhadas, sinalizam que o trabalho nessa indústria adoece, mutila e mata. Não à toa, ela lidera o *ranking* de acidentes de trabalho no ramo alimentício do país, com registro médio de 54 ocorrências por dia (CAVALCANTE *et al.*, 2017; MORAES, 2015) e algumas plantas produtivas chegam a apresentar rotatividade de 100% da força de trabalho dentro de um mesmo ano, o que pode significar uma rejeição expressiva a esse tipo de trabalho (HECK, 2013; CARNE e OSSO, 2011; SANTOS FILHO & VARUSSA, 2016).

Esses elementos evidenciam a intensa movimentação de trabalhadores gestado pela cadeia produtiva da carne, no plano nacional e global, espelhada na mobilização e contratação de imigrantes haitianos/as

no Brasil. A partir de 2010, ao passo que o país se tornou um dos principais produtores mundiais de carnes, o setor frigorífico foi apresentando maior necessidade de contratação e fixação de trabalhadores, em razão das características específicas do seu processo produtivo. Com a intensificação crescente do ritmo de trabalho para cumprir metas diárias de produção, longas jornadas, condições precárias de trabalho e reduzidos salários, associados a elevado índice de doenças laborais, amputações e mortes a exigir uma recomposição rápida da força de trabalho, eles enfrentavam dificuldades para contratar e firmar trabalhadores, mesmo contando com a ampla oferta disponível nos locais onde se estabelecem.

Face a isso, grandes e médias empresas sediadas no interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inicialmente experimentaram o recrutamento de trabalhadores nas cidades próximas às plantas produtivas, o que não foi o suficiente. Então ampliaram suas estratégias e empreenderam o recrutamento em lugares mais distantes, como o interior do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, ou de países vizinhos, como o Paraguai. Algumas também testaram a contratação de indígenas em diversas áreas do próprio Sul. Mesmo assim, a demanda não era suprida, quando então essas empresas passaram a ser presença constante nos acampamentos existentes no Acre, em busca da seleção e recrutamento de imigrantes (MAMED, 2016b).

O recurso à força de trabalho imigrante está presente na história da cadeia produtiva da carne, mas no Brasil isso se configurou plenamente a partir da presença do haitiano no país, cujo perfil corresponde à demanda da indústria frigorífica. Do ponto de vista das relações sociais de produção, em todo mundo, os frigoríficos comportam as atividades mais precarizadas, com menor remuneração e maior perigo, em termos de acidentes e doenças laborais. Mesmo nos Estados Unidos, o centro mais industrializado, as fábricas do setor atraem os trabalhadores mais empobrecidos, em especial imigrantes hispânicos, afrodescendentes e asiáticos. Também na Alemanha, o expoente europeu dessa cadeia, as plantas apresentam os piores índices de condições de trabalho, com grande parcela dos operários composta por imigrantes da Europa Oriental, de países como Polônia, Ucrânia e Bielorrússia, integrantes do antigo bloco

soviético (REICHERTR & WATCH, 2016).

Desde a segunda metade do século XIX, a linha de produção dos frigoríficos americanos, vitrine para o mundo, mobilizava e empregava milhares de imigrantes, notadamente irlandeses, lituanos, eslovenos, italianos e russos (SINCLAIR, 1965). Ainda hoje, as atividades dessa indústria continuam sendo executadas, em sua maioria, por trabalhadores estrangeiros, atualmente representados por latino-americanos indocumentados (JACOBS *et al.*, 2011). Embora a inserção desses imigrantes no mercado estadunidense aconteça em diferentes ramos da estrutura produtiva, a maior concentração está no Sul do país, nas agroindústrias (SASSEN, 1998). Na Califórnia, por exemplo, na década de 1990, 50% da força de trabalho dos imigrantes nessas atividades era considerada irregular (DREHER, 2007). Em virtude da situação jurídica de indocumentação, eram contratados informalmente, o que os tornava mais fragilizados e expostos a violações de direitos, ameaças, coações e exploração (GRAIN, 2010).

Entre 1972 e 2001 os empregos em frigoríficos estadunidenses saltaram de 106 mil para 258 mil, a despeito de uma mecanização extensiva das plantas produtivas e do uso de tecnologias intensificadoras de trabalho (KANDEL, 2006). Até então esse tipo de ocupação oferecia relativa estabilidade e salários tidos como razoáveis, mesmo para trabalhadores com escolaridade abaixo da média. Esse crescimento tem sido marcado justamente pelo aumento da presença de trabalhadores latinos e de seus descendentes, que em 2000 preenchiam quase 30% dos postos de trabalho, geralmente os mais difíceis, pesados e perigosos (KANDEL & PARRADO, 2006).

O valor de US\$ 18,00 pagos a trabalhadores sindicalizados para cada hora de trabalho em 1981, declinou para US\$ 6,00 pagos a trabalhadores mexicanos e guatemaltecos, em 2000 (BARBOZA, 2001). Assim, a contratação dessa força de trabalho tem sido uma estratégia das empresas, pois os operários estadunidenses estavam organizando sindicatos combativos, ampliando a pressão para melhoria das condições de trabalho. Em uma clara tentativa de frear essa mobilização dos nacionais, as empresas passaram a intensificar a contratação de imigrantes de perfil vulnerável

(GRAIN, 2010). Acompanhando a tendência do que acontece na ponta mais dinâmica da cadeia de valor, os frigoríficos brasileiros assimilaram as estratégias internacionais, amoldando-as às circunstâncias locais.

O forte movimento de recrutamento de imigrantes para o setor, considerando basicamente o perfil de vulnerabilidade social dos haitianos/as, comprova isso. Desde então, é possível considerar que as táticas de produtividade e acumulação da indústria da carne e as trajetórias de resistência desses imigrantes se conectaram historicamente no Brasil. Atualmente, é na parte final da cadeia do agronegócio, representada pelos frigoríficos, que se encontra o maior percentual dos imigrantes formalizados, com destaque para os haitianos. Ao tempo que o país se tornou um dos destinos mais procurados por eles, em 2013 tornaram-se a principal nacionalidade no mercado formal de trabalho, com 14.579 contratados, posição reconfirmada em 2014, com 17.577, e em 2015, com 33.507. E embora na transição entre 2015 e 2016, tenha havido diminuição para 25.782, eles seguem liderando o número de contratações, que efetivam especialmente nos frigoríficos do Centro-Sul brasileiro (CAVALCANTI *et al.*, 2014; 2015; 2016; 2017).

O cenário encontrado pelos imigrantes nos frigoríficos é o mesmo vivenciado pelos brasileiros que laboram no setor, como as duras condições de trabalho, baixa remuneração, longas e intensas jornadas, risco iminente de adoecimento e falta de sindicatos fortes e atuantes. Entretanto, os imigrantes provenientes de países periféricos, como é o caso dos haitianos, além de representarem os “braçais pela vida” (SAYAD, 1998), retratam de forma mais contundente os “precários pela vida”, espécie de “protótipos do trabalhador flexível” (BASSO, 2013), pois sujeitos a uma precariedade que se prolonga. A vulnerabilidade que os caracteriza conforma um padrão de inserção precarizada, que permeia tanto as suas condições de trabalho como de vida no país, em termos de educação, saúde, habitação, assistência social e jurídica.

De modo pontual, a partir do que a pesquisa registrou em campo, esse horizonte de vida precarizada é moldada pela (a) condição de estrangeiro, sem conhecimento da língua, burocracia e legislação nacional, o que os torna vítimas em potencial dos circuitos de empregabilidade,

exploração e opressão, mas que não o impedem de resistir, seja do ponto de vista individual, como tentou Delfort, ou coletivo, via redes e associações; (b) necessidade imperiosa de trabalhar, muitas vezes sob quaisquer condições, horários e ritmos, suscetíveis a assédios e abusos, para conseguir assegurar sua sobrevivência no país e efetuar remessas; (c) especulação imobiliária, pois sem moradia própria e redes de contatos que facilitem a locação, tornam-se seus alvos fáceis; (e) contexto de preconceito social, racial e étnico do país (MAMED, 2016a, 2016b). No caso específico das imigrantes haitianas, ante o mercado de trabalho brasileiro, desigual e hierarquizado segundo o gênero e a raça, todas essas questões se entrelaçam, concorrendo para que sejam reservadas a elas, em maior proporção, atividades tipicamente precárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ingressarem de modo indocumentado e endividado, enfrentando uma viagem longa, cara e perigosa, em acentuada condição de vulnerabilidade, imigrantes haitianos encontraram no complexo frigorífico, o principal caminho para inserção laboral e social no país, a partir do qual muitos acessaram pela primeira vez na vida o trabalho formal e assalariado. No período de 2010 a 2016, analisado por esta investigação, os recordes de produção e lucro dessa indústria foram obtidos a partir da continuada dilapidação das condições de trabalho e vida dos operários que laboram no setor. Mas esse período contou com um diferencial estratégico, que foi a mobilização e integração, auxiliada estruturalmente pelos aparatos estatais, de milhares de imigrantes haitianos, homens e mulheres, ao circuito dessa cadeia industrial, onde serviram como elemento essencial à recomposição orgânica do capital na periferia, alçando os frigoríficos brasileiros ao posto de líderes mundiais.

Isso significa dizer que, ao adensarem a superpopulação relativa do país, a vulnerabilidade dos haitianos converteu-se em fator objetivo de rebaixamento geral do valor da força de trabalho e instrumento de erosão de garantias sociais. Assim como observado historicamente, a condição migratória, adensada à discriminação ocupacional por gênero

e raça do país, vem sendo instrumentalizada para o recrudescimento da intensificação do trabalho, manutenção dos baixos patamares salariais e renegociação de acordos sindicais, além da substituição do número de trabalhadores desgastados física e psicologicamente a cada ciclo pelas características próprias da indústria frigorífica. Como resultado, essa renovada pressão econômica e social impulsionou o crescimento do setor no país (MAMED, 2016b).

No atual quadro da imigração no Brasil, a experiência de Delfort é síntese do processo que conectou trajetórias haitianas de sobrevivência e resistência aos caminhos da cadeia global da carne. As mãos que cuidaram de cinco filhos e as tornaram chefe de sua família, engendradas no árduo trabalho no campo, na produção de grãos e flores, hoje também estão marcadas pela exploração do trabalho nos frigoríficos brasileiros. Do seu percurso social como mulher negra e imigrante operária, apreende-se a imbricação de três discriminações ativas no mercado nacional de trabalho – gênero, raça e origem.

No plano geral, sua trajetória proporciona o entendimento sobre a atuação das cadeias globais de valor, entre as quais a da carne é emblemática, pois historicamente mobiliza trabalhadores ao redor do mundo, renovando suas estratégias de valorização mediante a conjugação de características locais de exploração. No particular, sua inserção no mercado exaspera as especificidades do capitalismo brasileiro, no qual a modernização dependente da indústria frigorífica incorpora o trabalho feminino negro e imigrante como elemento de intensificação da precarização, com repercussões sobre todos os trabalhadores do setor.

Portanto, como prisma do debate, a história de Veronique Delfort tanto ilumina o processo que viabilizou a industrialização da carne, iniciada há 150 anos (SINCLAIR, 1965) e aproximadamente há 100 no Brasil (BOSI, 2016; PESAVENTO, 1980; VARUSSA, 2016), como reposiciona a precarização tal como ela se apresenta hoje, seu significado e dimensões no capitalismo brasileiro, mas cuja fronteira essencial é a capacidade de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras, mobilizados por uma solidariedade que os unifica e fortalece para lutar e sonhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R; SILVA, J. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH* (online), Salvador, BA, v. 28, n. 75, set./dez. 2015.
- BACOURT, F. *Entrevista* concedida à Letícia Helena Mamed. São Paulo, SP, mar. 2017.
- BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. *Migrações e trabalho*. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015.
- _____. (Org.). *Migração internacional (Por dentro do estado de São Paulo – v. 9)*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NePo/Unicamp, 2013.
- BARBOZA, D. Meatpackers' Profits Hinge On Pool of Immigrant Labor. *The New York Times*, New York, 21 dez. 2001. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2001/12/21/us/meatpackers-profits-hinge-on-pool-of-immigrant-labor.html>>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- BASCH L.; SCHILLER N.; BLANC C.Z. *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized Nation-States*. Amsterdam: Gordon & Breach, 1994.
- BASSO, P. Imigração na Europa. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BECKER, J. R. *O trabalho feminino na microrregião de Toledo: novas dinâmicas e reconfigurações no território a partir da instalação dos frigoríficos de aves*. Toledo. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade do Oeste do Paraná. 2014.
- BOSI, A. P. Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná de 1960 a 2010. *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 20, n. 1, 2016.

- BRAGA, R.; SANTANA, M. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. *Caderno CRH* (online), Salvador, BA, v. 28, n. 75, set./dez. 2015.
- CASTOR, S. A transição haitiana: entre os perigos e a esperança. In: SADER, E. (Org.). *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano*. São Paulo, SP: Expressão Popular/CLACSO, v. 2, 2008.
- _____. *La ocupación norteamericana de Haití y sus consecuencias (1915-1934)*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1971.
- CAVALCANTE, J. *et al.* Ossos do ofício: rotina cruel dos trabalhadores de frigoríficos. *Metrópoles*, Brasília, DF, 03 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/ossos-do-oficio>>. Acesso em: 05 mai. 2017.
- CAVALCANTI, L. *et al.* (Orgs.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.
- _____. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro – Relatório Anual 2016*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016.
- _____. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro – Relatório Anual 2015*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.
- _____. *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro – Relatório Anual 2014*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2014.

- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, SP: Xamã, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, M. *A Globalização da pobreza e a nova ordem mundial*. Lisboa: Caminho, 2003.
- Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins – CNTA Afins. *Assédio moral atinge mais mulheres no setor frigorífico*, Brasília, DF, 01 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.cntaafins.org.br/noticias/cnta/301-assedio-moral-atinge-mais-mulheres-no-setor-frigorifico>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- DELFORT, V. *Entrevista* concedida à Letícia Helena Mamed. Cascavel, PR, nov. 2016.
- _____. *Entrevista* concedida à Letícia Helena Mamed. Toledo, PR, out. 2015.
- DESROSIERS, Michaëlle. *Trabalho, mulheres negras e zonas francas no Haiti contemporâneo: o “empresariado humanitário” neocolonial em movimento*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- DIEME, K. *Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- DREHER, S. *Neoliberalism and migration: an inquiry in to the politics of globalization*. Hamburg: LIT Verlag, 2007.
- DUTRA, C. *Além do Haiti: uma análise da imigração haitiana para o Brasil*. Editora Lumen Juris, 2016.
- FÉLIX, M. Tropas brasileiras deixam o Haiti: balanços atuais e históricos. *Revista Movimento*, São Paulo, SP, 04 set 2017.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1973.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*, v I. São Paulo, SP: Globo, 1964.
- Temáticas*, Campinas, 25, (49/50): 139-176, fev/dez. 2017

- FERREIRA, F. A mulher trabalhadora na indústria da carne. *Esquerda Diário*, Rio de Janeiro, RJ, 20 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/A-mulher-trabalhadora-na-industria-da-carne>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- FOLHA. ONU reconhece participação no início da epidemia de cólera no Haiti. *Folha de São Paulo*, São Paulo, SP, 18 ago 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/08/1804632-onu-reconhece-participacao-no-inicio-da-epidemia-de-colera-no-haiti.shtml>>. Acesso em: 15 mar 2017.
- GEMELLI, D. *Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR*. Francisco Beltrão. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Oeste do Paraná, 2011.
- GRAIN. La enorme industria de la carne crece por el Sul. *Grain*, Barcelona, ES, 14 out. 2010. Disponível em: <<http://www.grain.org/article/entries/4092-la-enorme-industria-de-la-carne-crece-por-el-sur>>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- GUILHERME, A. *Imigrantes haitianos e senegaleses no Brasil: trajetórias e estratégias de trabalho na cidade de Porto Alegre, RS*. Porto Alegre, 2017. 110f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- HALLWARD, P. Opção zero no Haiti. In: SADER, Emir (org). *Contragolpes. Seleção de artigos da New Left Review*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- HANDERSON, Joseph. Criando associações: migrantes haitianos na Guiana Francesa e no Brasil. In: *Cadernos de Debates - Refúgio, Migrações e Cidadania*, Instituto Migrações e Direitos Humanos. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v. 11, n. 11, dez. 2016.

- _____. Diáspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, RS, n. 43, , jan./jun. 2015b.
- _____. *Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015a.
- HECK, F. Territórios da degradação do trabalho: a saúde do trabalhador em frigorífico de aves e suínos em Toledo, Oeste do Paraná. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Uberlândia, MG, v. 9, n. 16, 2013.
- HIRATA, H. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, H.; MARUANI, M. (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.
- HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- JACKSON, R (ed.). *Geographies of the Haitian Diaspora*. New York, London: Routledge Studies on African and Black Diaspora, 2011.
- JACOBS, M.; KRIEBEL, D.; TICKNER, J. Safe food from workplaces: protecting meat and poultry workers. In: KRIEBEL, D. *et al.* (Org.). *Lessons learned: solutions for workplace safety and health*. Lowell: University of Massachusetts, 2011.
- KANDEL, W. *Meat-processing firms attract hispanic workers to rural America*. Washington, DC: United States Department of Agriculture Economic Research Service – Amber Wages, v.4, junho, 2006.
- _____; PARRADO, E. Meat consumption, meat processing restructuring, and rural hispanic population growth. *Changing Face*, v. 12, n. 4, 2006.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. *et al.* (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

- KÜHN, A. *Guerra e persuasão: estudo de caso da operação psicológica do Exército Brasileiro no Haiti*. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- MAGALHÃES, L. *A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti*. Campinas. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017.
- MAMED, L. H. Haitianos no Brasil: a experiência da etnografia multisituada para investigação de itinerários migratórios e laborais Sul-Sul. In: BAENINGER, R. et. al. (Orgs.). *Migrações Sul-Sul*. 2a ed. SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
- _____. Haitianos na Amazônia: a morfologia da migração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, SP, v. 10, n. 1, 2016a.
- _____. *Movimento internacional de trabalhadores haitianos: do acampamento na Amazônia acreana à agroindústria da carne no Centro-Sul do Brasil*. Campinas. Qualificação de Doutorado (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016b.
- MARCELINO, P (org.). *Si proches et si lointaines*. Les diasporas haïtiennes aux Caraïbes. Rapport de recherche. Bruxelas: Observatoire ACP sur les Migrations/ Organisation internationale pour les migrations (OIM), 2013.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro II: o processo de circulação do capital. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MATOS, M. I. *Trama e poder*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- MELO, Q. MP apura superfaturamento em alimentação e passagens dadas a haitianos e senegaleses pelo governo do Acre. *G1*, Rio Branco,

- AC, 24 jan. 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/mp-apura-superfaturamento-em-alimentacao-e-passagens-dadas-a-haitianos-e-senegaleses-pelo-governo-do-acre.ghtml>>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- MENEZES, L. M. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MOROKVASIC, M. L'(in)visibilité continue. *Cahiers du Genre*, Paris, FR, n. 51, v.2, 2011.
- MORAES, M. Friboi, a campeã nacional em acidentes. Dados do Ministério da Previdência mostram que a JBS, dona da marca Friboi, é a campeã em acidentes de trabalho em frigoríficos no Brasil. *A Pública*, São Paulo, SP, 3 jun. 2015.
- NOGUEIRA, C. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Orgs). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *A feminização do mundo do trabalho*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- OLIVEIRA, A. T. R. Características da imigração regular no Brasil: um olhar através dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, L. et al. (Org). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro - Relatório Anual 2017*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.
- PATRICK, I. Dor, miséria, impunidade: haitianas abusadas por soldados da ONU contam suas histórias. *Sputnik Brasil*, São Paulo, SP, 3 out 2017.
- PESAVENTO, S. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre, RS: Editora Movimento, 1980.

- POCHMANN, M. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- REICHERTR, T.; WATCH, G. *Conexão Brasil - União Europeia*. In: AGUIAR, D.; TURA, L. (Orgs.). *Cadeia industrial da carne: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos*. Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016.
- CARNE E OSSO. Direção de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. São Paulo, SP: Repórter Brasil, 2011. DVD (65 min.). CARNE, OSSO 2011, 65 min. Documentário.
- SANTOS, W. *A reinvenção do folclore boliviano em São Paulo*. Campinas, 2015. 230f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- SANTOS FILHO, S. *et al.* A produção e o trabalho na indústria de frango. In: RIBEIRO, H. P. (Org.). *De que adoecem e morrem os trabalhadores na era dos monopólios (1980-2014)*. São Paulo, SP: CENPRAS, 2014.
- SASSEN, S. Dos enclaves en las geografías globales contemporáneas del trabajo. In: ARAGONÉS, A. M. (Org.). *Mercados de Trabajo y migración internacional*. México, D.F.: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2011.
- _____. *The mobility of labor and capital*. New York: Cambridge University Press, 1998.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, SP: Edusp, 1998.
- SECRETARIA de Desenvolvimento Social do Acre – SEDS/AC; Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre – SEJUDH/AC. *Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre*. Rio Branco, AC, 2016.
- SEGUY, F. *A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti*. Campinas. Tese (Doutorado em Sociologia) –

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

SENRA, R. Senador autor de PEC ambiental polêmica reconhece benefício a empresa da família. *BBC Brasil*, Brasília, DF, 09 mai. 2016.

SINCLAIR, U. *The jungle*. Middlesex: Harmondsworth, Penguin Modern Classics, 1965.

VARUSSA, R. (Org.). *Eu trabalhava com dor: trabalho e adoecimento nos frigoríficos*. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2016.

_____. Sindicalismo e trabalhadores em cooperativas no Oeste do Paraná (décadas de 1990 e 2000). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, SC, v. 4, n. 7, jan.-jun. 2012.

VILLEN, P. Periféricos na periferia. In: BAENINGER, R. *et al.* (Org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

_____. *Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada*. Campinas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

YAMAMOTO, G. *Imigração como prática social: estratégias e táticas de organização dos imigrantes haitianos na região metropolitana de Goiânia, GO*. Goiânia. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal de Goiás, 2017.